

*Programa Memória do
Mundo da Unesco
Brasil*



Ministério
da Cultura





Memória do Mundo
Brasil 2008



Ministério
da Cultura



O Programa Memória do Mundo da UNESCO tem por objetivo identificar documentos ou conjuntos documentais que tenham valor como patrimônio cultural da humanidade.

A candidatura encaminhada pela instituição detentora do acervo é inserida no Registro Internacional de Patrimônio Documental, a partir da aprovação por comitê internacional de especialistas.

O Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO, foi criado em 2004, sob os auspícios do Ministério da Cultura, com o propósito de reconhecer acervos documentais de relevância para o Brasil.

Em 2006 os integrantes do Comitê Nacional do Brasil foram nomeados representando instituições brasileiras dedicadas à preservação, acesso, difusão e a pesquisa de acervos documentais, além de especialistas na temática.

Em fevereiro de 2008 o Comitê Nacional realizou lançamento de Edital e Regulamento para candidaturas à nomeação de acervos documentais no Registro Nacional do Brasil, para o qual foram recebidas vinte e sete proposições e destas dez nominadas.

Arquivo Carlos Chagas, da Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz

Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)

Arquivo da Força Expedicionária Brasileira (FEB), do Arquivo Histórico do Exército

Arquivo Joaquim Nabuco, da Fundação Joaquim Nabuco

Arquivo Oscar Niemeyer, da Fundação Oscar Niemeyer

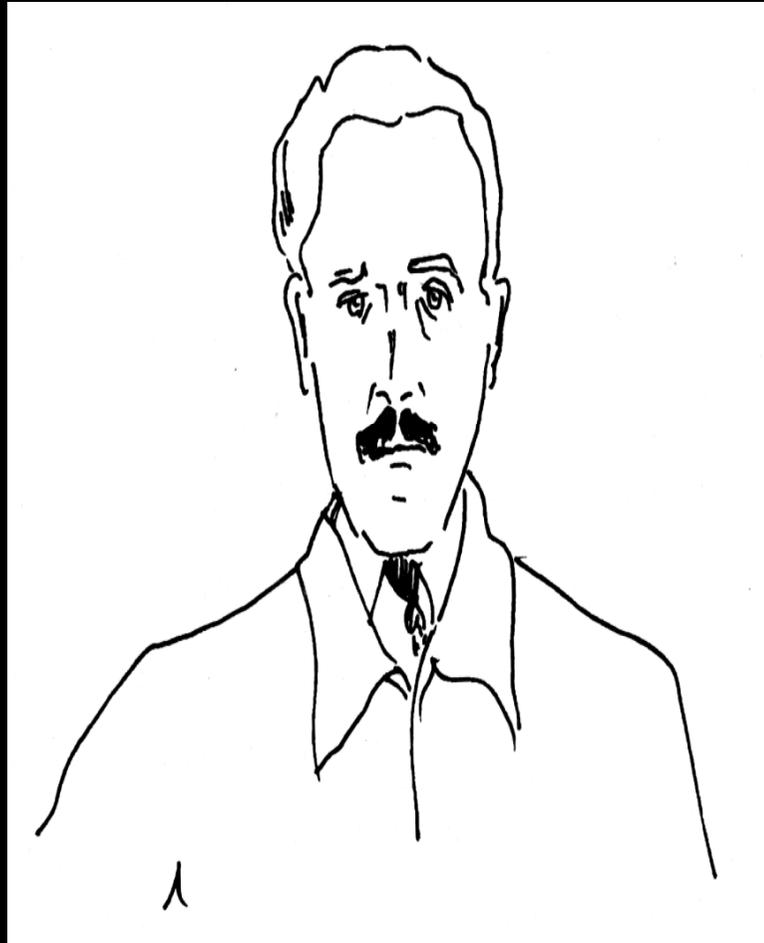
Arquivo do Tribunal da Relação do Estado do Brasil e da Bahia, do Arquivo Público da Bahia, FPC, SECULT

Carta de Abertura dos Portos, da Fundação Biblioteca Nacional

Conjunto Documental Livros Foreiros, do Arquivo Público Municipal de Olinda

Fundo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), do Museu do Índio, FUNAI

Lei Áurea, do Arquivo Nacional

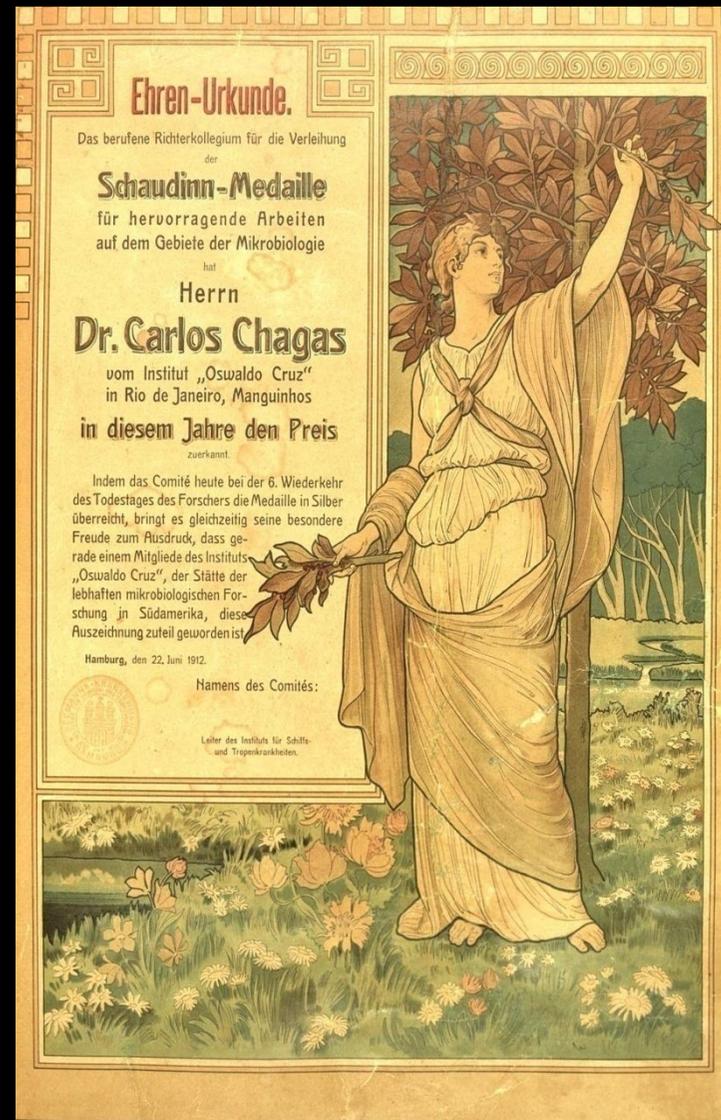


A Fundação Oswaldo Cruz, além de sua ação na pesquisa científica para saúde pública, dedica-se por meio da Casa de Oswaldo Cruz e o seu Departamento de Arquivo e Documentação em preservar, pesquisar e disseminar o seu acervo cultural, científico e histórico, incluindo os cientistas que avançaram a ciência no Brasil.

O Arquivo Carlos Chagas, contém valiosos e insubstituíveis documentos que registram a ação científica de Carlos Chagas (1878-1934), no final do século XIX e início do século XX, quando se destacou de forma singular e brilhante na descoberta do agente causal da Doença de Chagas em 1909.

Arquivo Carlos Chagas
Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz

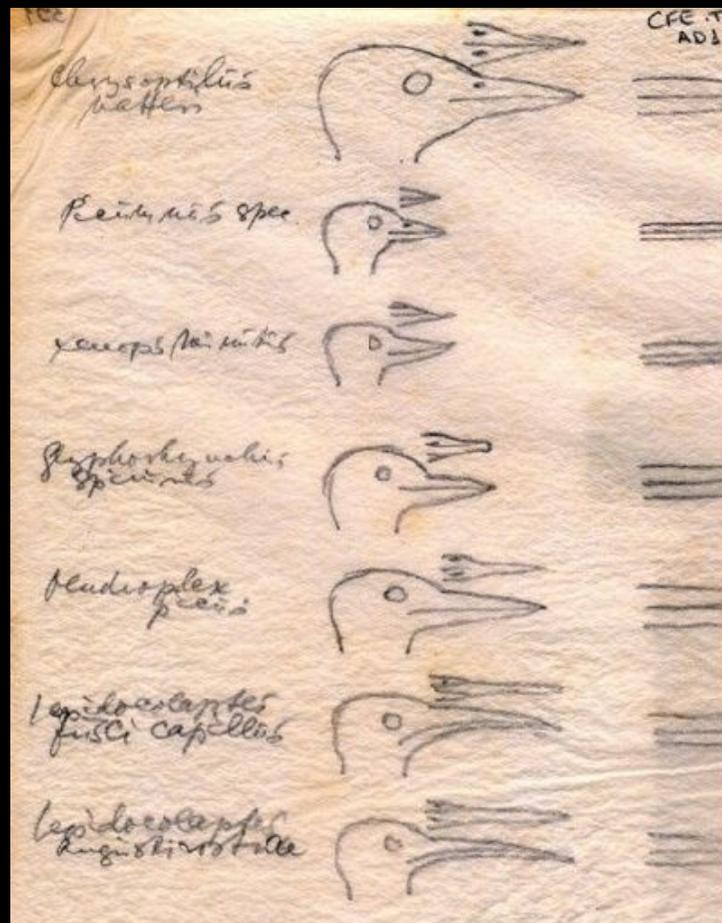
Memória do Mundo



Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil

Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)

Memória do Mundo



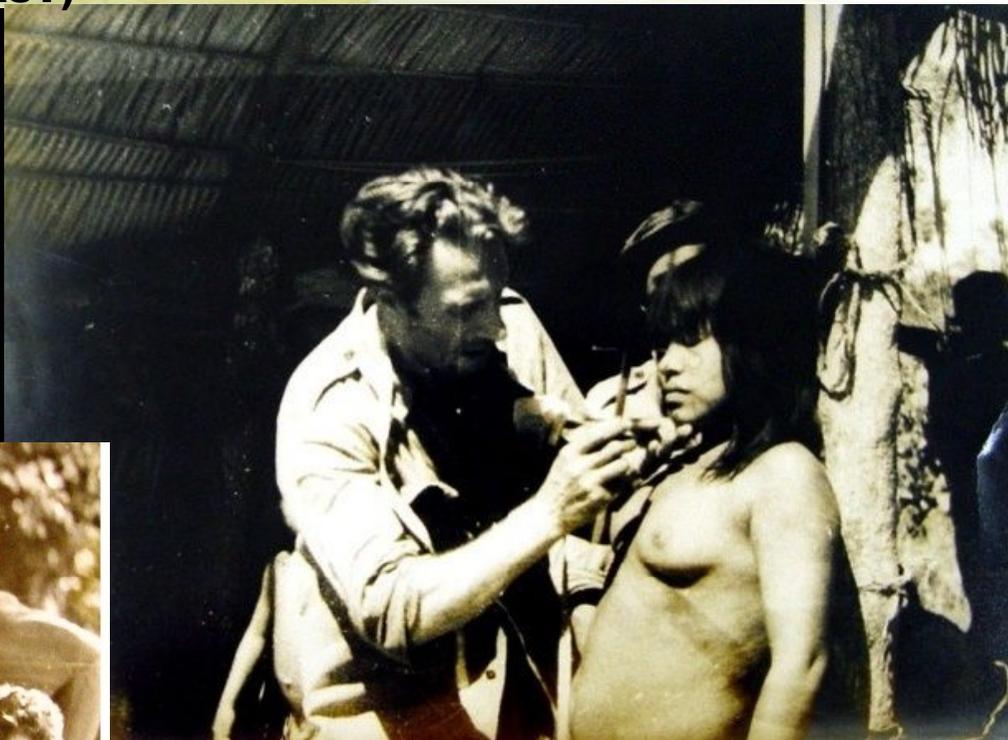
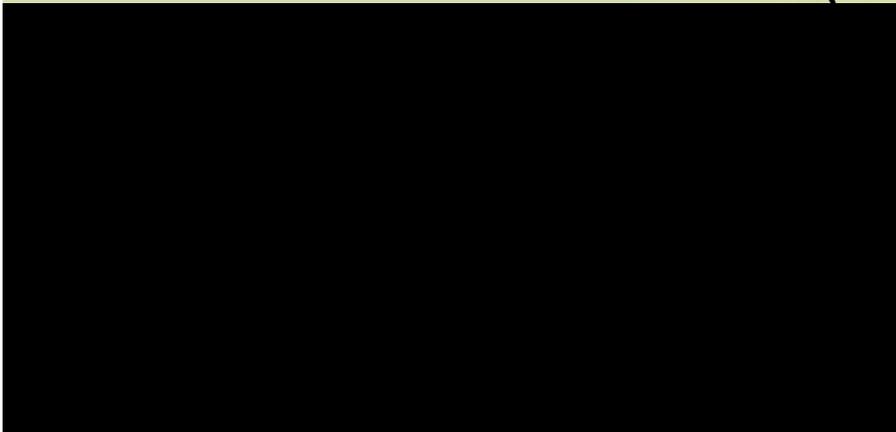
Desenho de bicos de passarinho feitos pelo Ornitólogo Helmut Sick, na região do Pico da Bandeira (Espírito Santo). (CFE.T.2.175)

O Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), do Ministério da Ciência e Tecnologia, tem por missão preservar a documentação científica, realizar e estimular a pesquisa em História da Ciência, Educação em Ciência e em preservação de acervos documentais e museológicos.

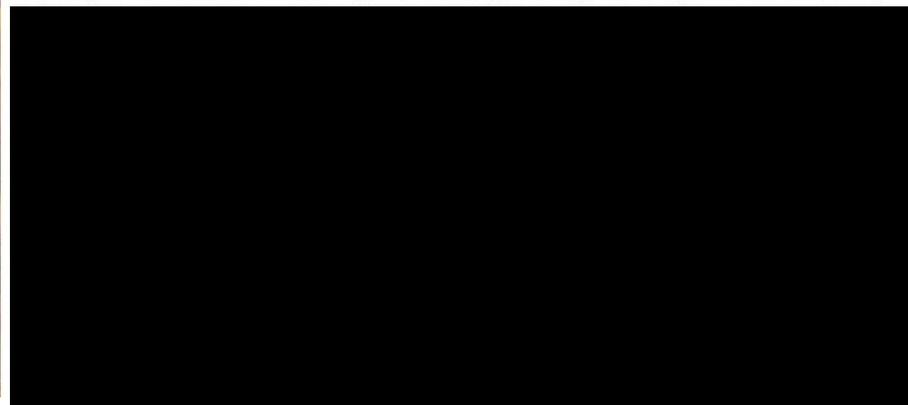
O acervo do “Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil”, com documentação do período de 1933-1968, contém informações relevantes nas diversas áreas do conhecimento envolvendo questões relacionadas com a natureza, a ciência (especialmente botânica, zoologia e antropologia), o controle do território e a exploração geológica entre outros.

Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil
Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)

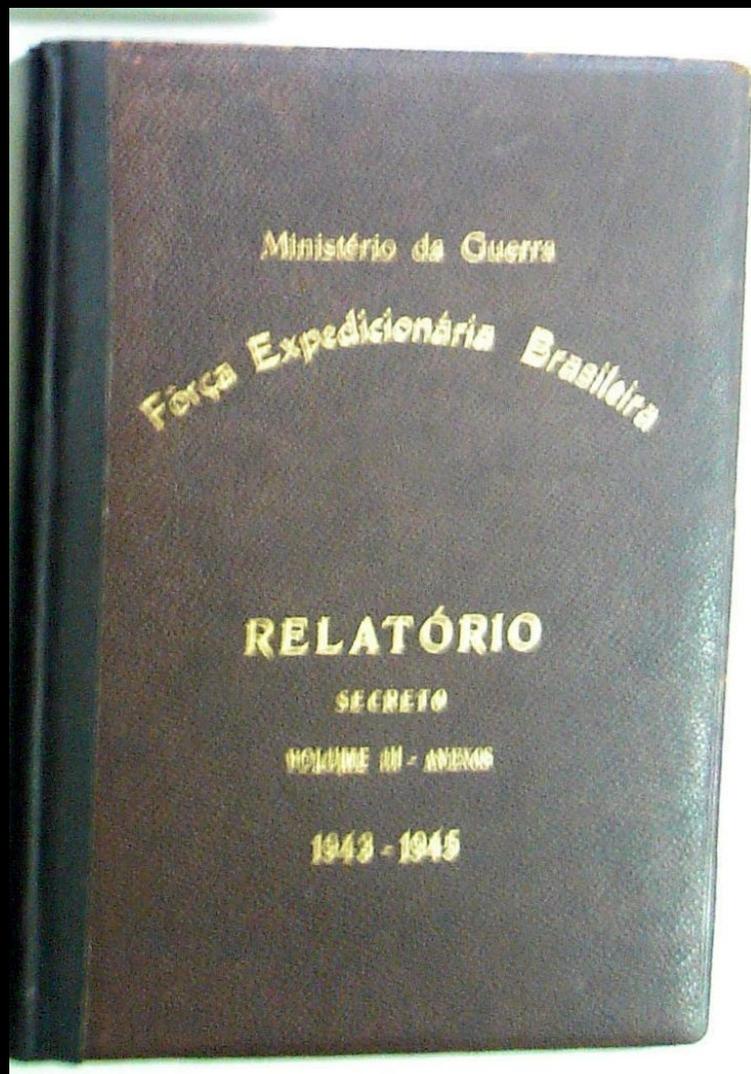
Memória do Mundo



Mensuração antropométrica na aldeia Tahuelahuá, índios Javaés (Goiás) durante a expedição da Bandeira Piratininga chefiada por Willy Aureli. (CFE.F.0003 foto 6)



Remanescentes da Bandeira Piratininga em Porto Aurélio, rio Tapirapés. 1946. (CFE.F.004 foto 8)



Com a vinda da Família Real para o Brasil foi instituído, em 07 de abril de 1808, o “Real Archivo Militar”, após várias mudanças de nome e organização, em setembro de 1986 passou a se chamar “Arquivo Histórico do Exército”.

Trata-se de acervo documental da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que combateu na Europa entre 1944 e 1945, junto aos Aliados, contra a Alemanha nazista. Sendo o Brasil a única nação sul-americana que enviou tropas para a Europa durante a Segunda Guerra Mundial é um grande acervo, único e de uma parte importante da História do Brasil e do Mundo.



**Arquivo da Força Expedicionária Brasileira (FEB),
Arquivo Histórico do Exército**

EMÍLIA MARQUES
Memória do Mundo





Vinculada ao Ministério da Educação, a Fundação Joaquim Nabuco tem a missão de resgatar e promover a memória nacional visando à compreensão e ao desenvolvimento da sociedade brasileira, prioritariamente a do Norte e do Nordeste do país.

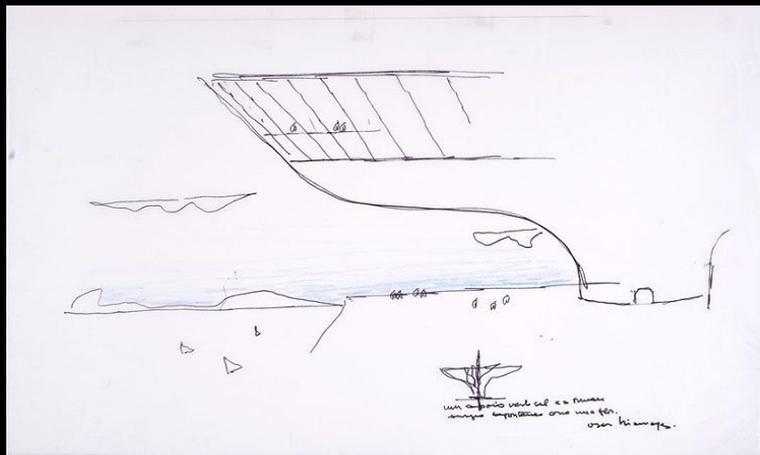
O Arquivo Joaquim Nabuco constitui patrimônio documental de grande relevância para a história social e política brasileira, em especial para a história das ideias, com destaque para o liberalismo. Fundamental também para a compreensão da biografia de seu titular; bem como sua atuação nas causas político-sociais marcantes de sua época: o abolicionismo, as reformas sociais, as formas de governo, a questão da federação, o pan-americanismo.



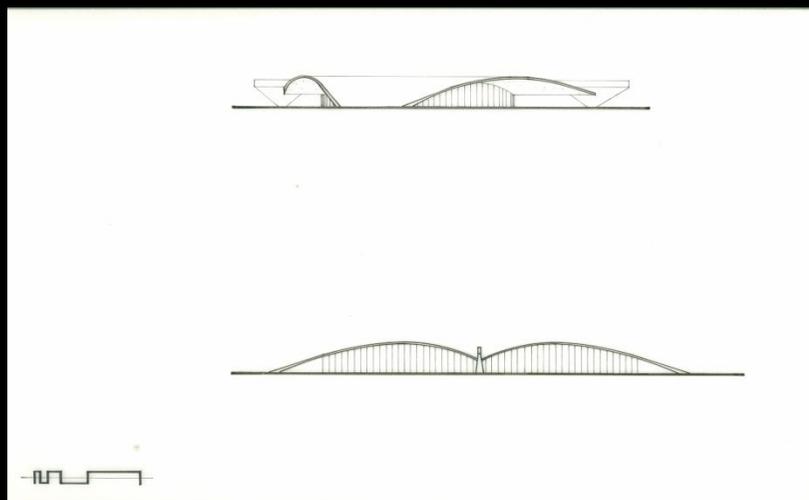
“Peço os votos de todos os descendentes de escravos, de todos os homens de cor, porque estou trabalhando pela sua causa (apoiados), e porque, apesar de não haver entre nós o preconceito que desonrou a democracia norte-americana, com o que lhe damos um grande exemplo de liberalismo e fraternidade, é preciso que a raça negra se convença de que ela ainda tem no futuro de nosso país grandes transe por que passar, grandes dificuldades, desigualdades e opróbios que vencer, e de que a justiça que ela terá de receber no futuro será medida pelo interesse e pelo amor que nesta geração houver mostrado pelos seus irmãos de cativeiro. (Longos aplausos)”.

Campanha Abolicionista no Recife

Eleições 1884
Discursos de Joaquim Nabuco



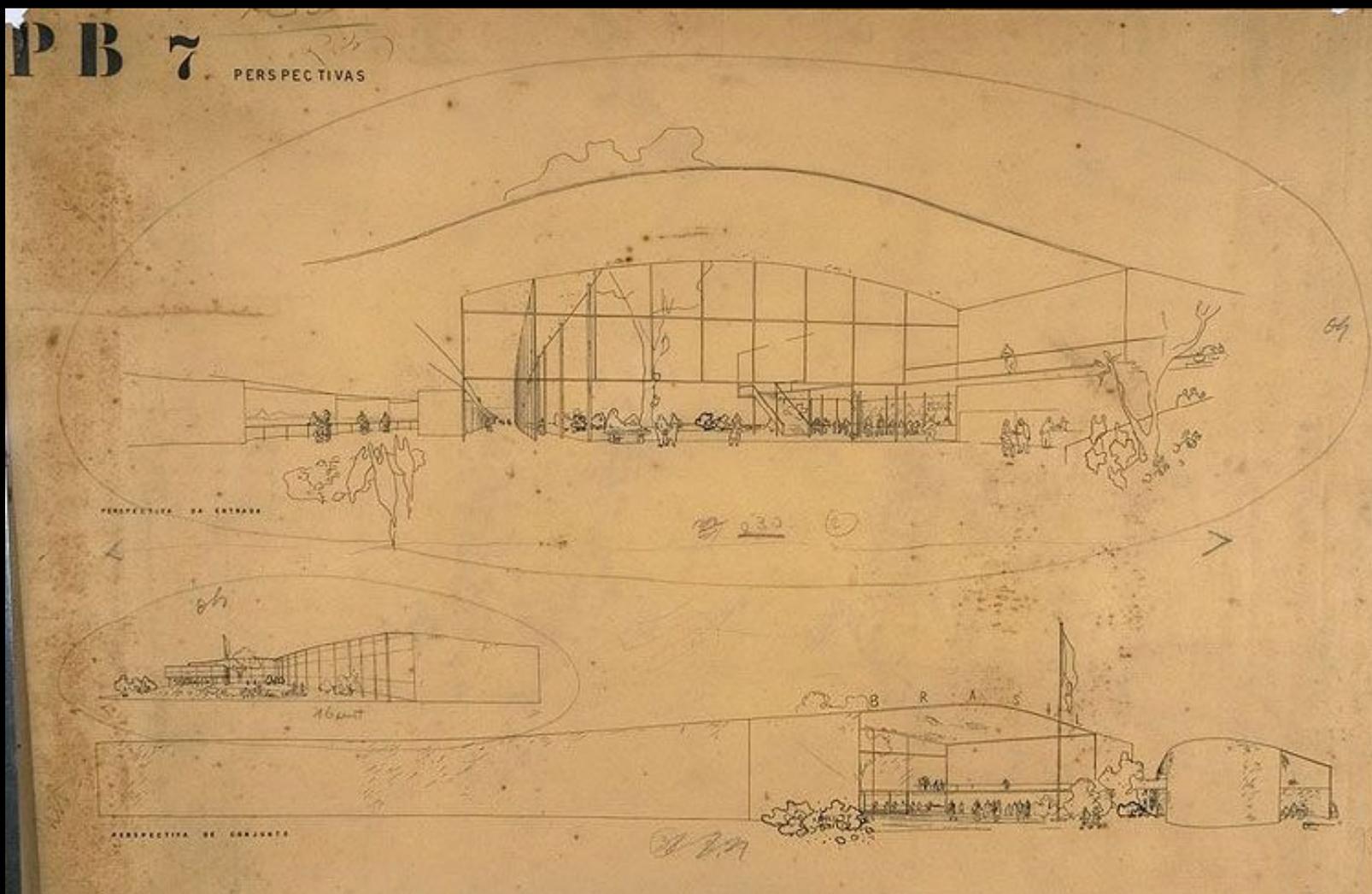
Croqui de perspectiva do projeto do Museu de Arte Contemporânea de Niterói. [1991]



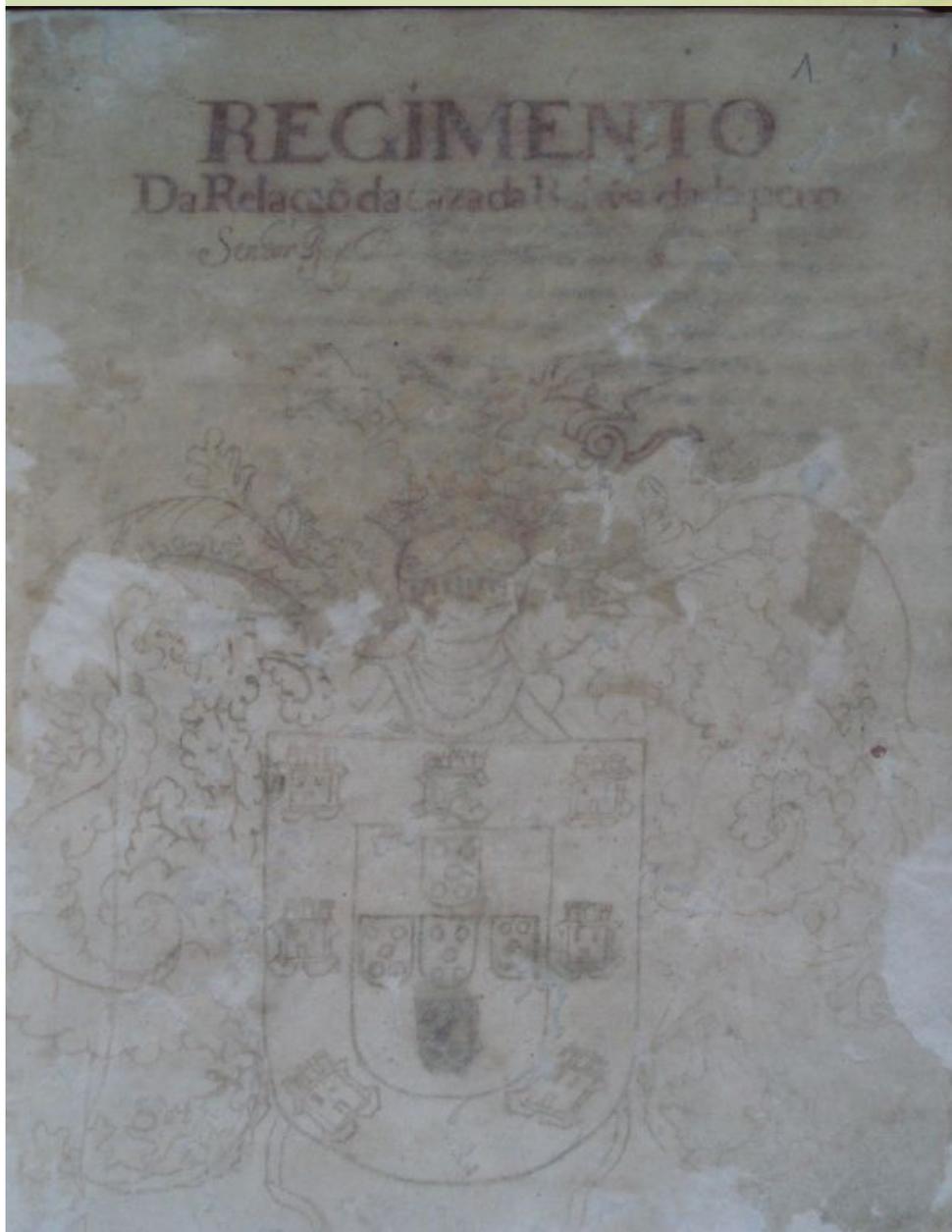
Prancha de perspectiva e fachada (desenho técnico) do projeto do Auditório da Universidade de Constantine. [1969]

A Fundação Oscar Niemeyer é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 1988 como um centro de estudos e informação em arquitetura, urbanismo, *design* e artes plásticas contemporâneos.

O Arquivo de Oscar Niemeyer reúne documentos produzidos e acumulados pelo arquiteto, dele constam cerca de 1.800 álbuns de apresentação de projetos, croquis e desenhos. Dos 598 projetos arquitetônicos e urbanísticos concebidos até hoje pelo arquiteto, 342 estão representados nesses documentos.



Prancha de perspectiva (desenho técnico) do projeto do Pavilhão do Brasil para a Exposição Mundial de Nova York. 1939



O órgão custodiador, o Arquivo Público da Bahia (APB) foi criado em 16 de janeiro de 1890.

O Tribunal da Relação do Estado do Brasil, instalado na cidade de São Salvador em 1609 e reinstalado em 1653, compunha a máquina administrativa implantada pela Coroa nas terras do Brasil, e enfeixava largos poderes jurídicos, administrativos e políticos. Era um órgão que permeava as instâncias da vida e do cotidiano da sociedade colonial.

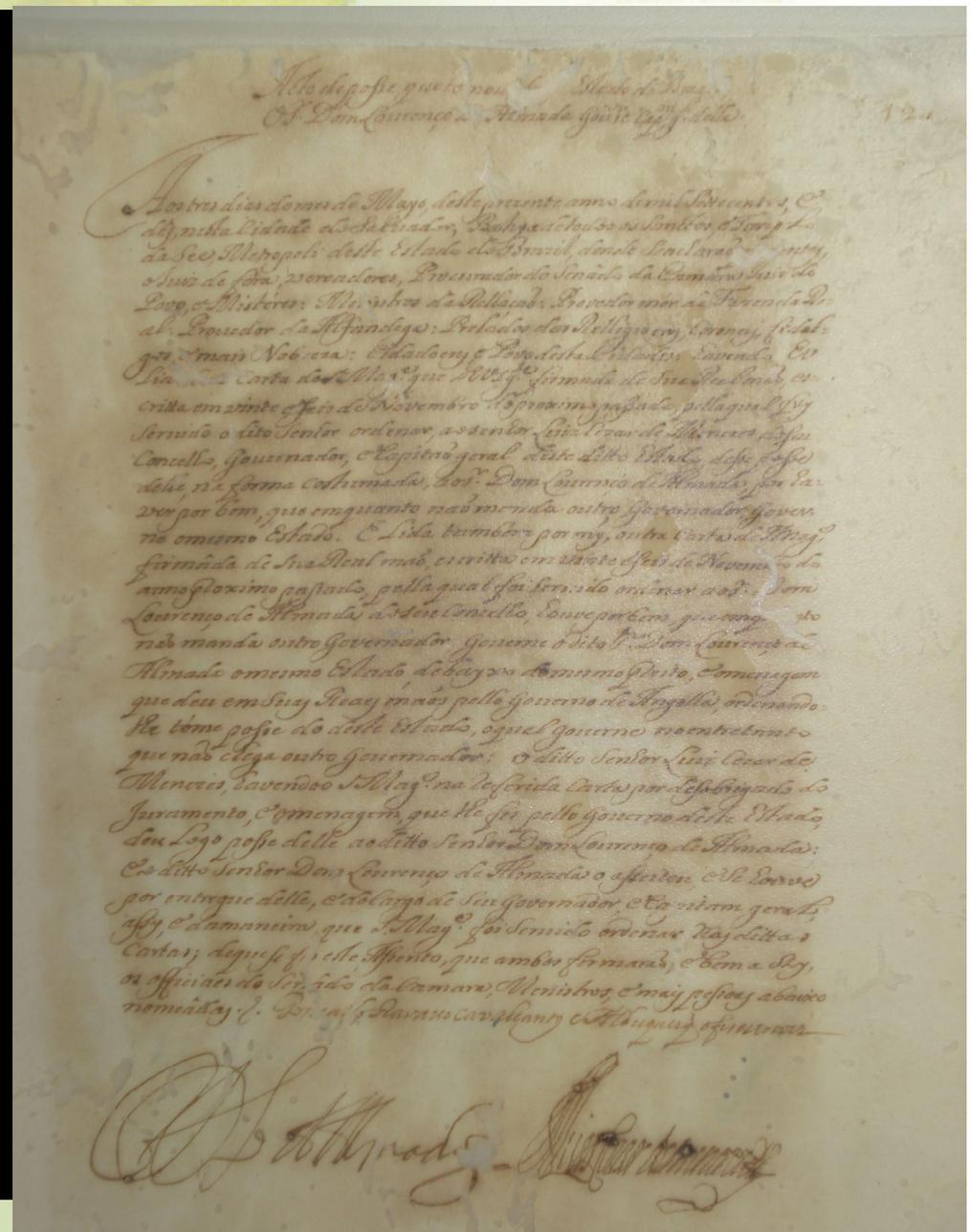
Este fundo compreende o período de 1652-1822.

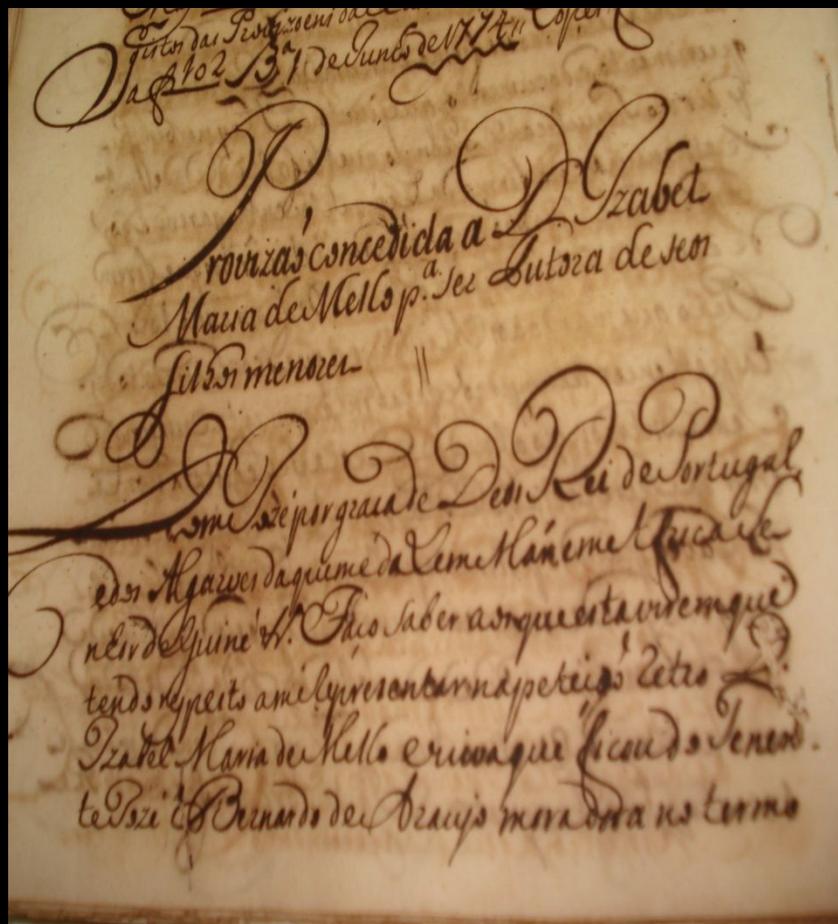
**“Acto de posse que tomou (...)
Estado do Brazil**

**O S. Dom Lourenço de Almada
Gov.^{or} e Cap.^m G.^l delle.**

**Aos tre dias do mes de Mayo,
deste presente anno de mil
settecentos, e dês, nesta
cidade do Salvador, Bahya de
todos os Sanctos, é Templo da
sua Metropoli deste Estado do
Brazil, donde se acharão
prezentes,**

**o Juiz de for a, vereadores,
Procurador do Senado da
Câmara”**



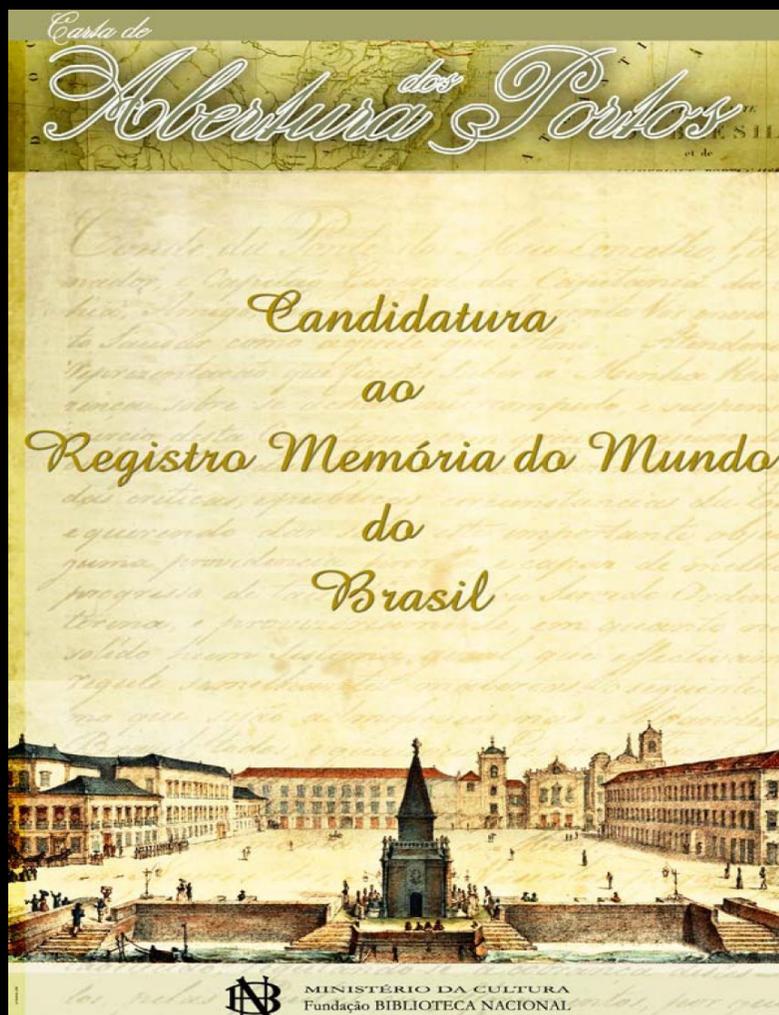


Tribunal da Relação /
Alvarás, Provisões e
Registros 1773/1779

Livro número 545 – página
– 61 verso

Arquivo Público da Bahia /
Seção Colonial e
Provincial

**“Provizão concedida a D.
Izabel Maria de Mello p.ª
ser Tutora de seus filhos
menores”**



A Biblioteca Nacional tem sua origem na Biblioteca Real, trazida para o Brasil quando da vinda da Família Real Portuguesa, em 1808. Criada no Brasil em 1810 e aberta ao público a partir de 1815, tem como missão a preservação da memória bibliográfica nacional.

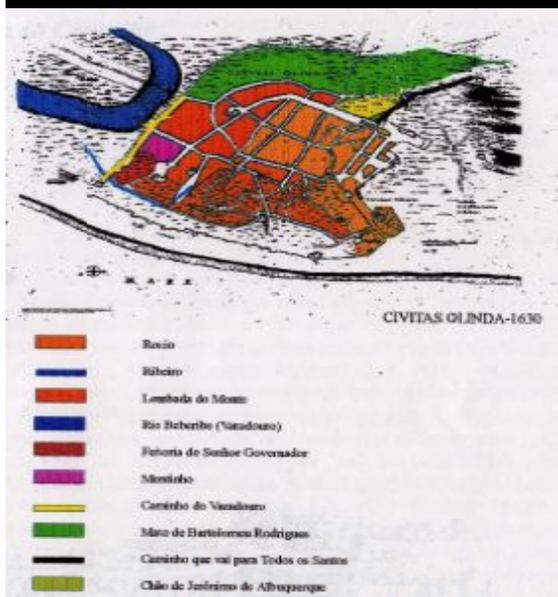
A carta régia conhecida como “Carta de Abertura dos Portos” foi assinada pelo Príncipe Regente D. João em 28 de janeiro de 1808, quando da passagem da Família Real por Salvador, a caminho do Rio de Janeiro. O documento, que abre as alfândegas brasileiras ao comércio exterior, estabelece o fim do monopólio português e constitui um marco do final do período colonial.



O Arquivo Público Municipal Antonino Guimarães, de Olinda, Cidade Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade – UNESCO custodia o “Conjunto Documental Livros Foreiros”, também chamado “Tesouro de Olinda”, composto por 54 volumes, de 1710 a 1986.

Tem por origem a Carta Foral de 1537, doada à Câmara de Olinda por Duarte Coelho, primeiro donatário de Pernambuco, possivelmente o mais antigo documento em vigor no Brasil, na qual destina terras “para uso e gozo do povo”, que foram em parcelas concedidas mediante pagamento do foro, favorecendo o povoamento e garantindo o patrimônio para seu sustento.

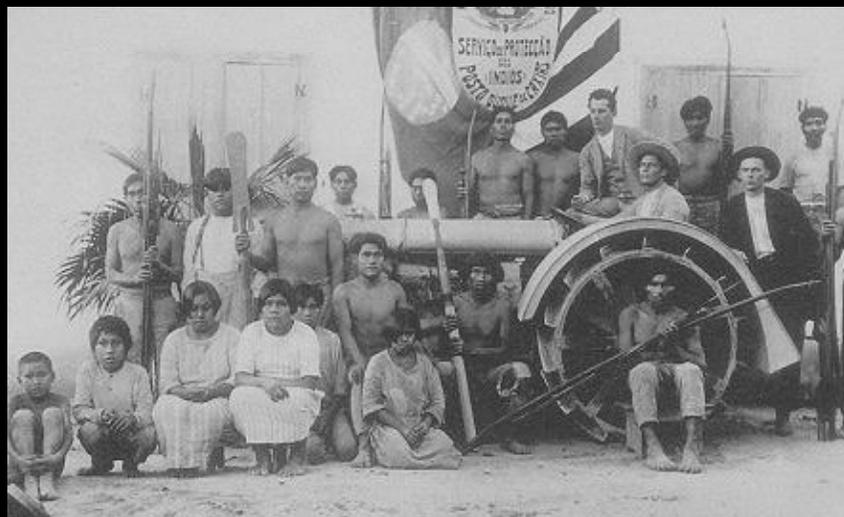
Conjunto Documental Livros Foreiros Arquivo Público Municipal de Olinda





O Museu do Índio tem como missão preservar e divulgar a cultura e o conhecimento sobre os povos indígenas no Brasil.

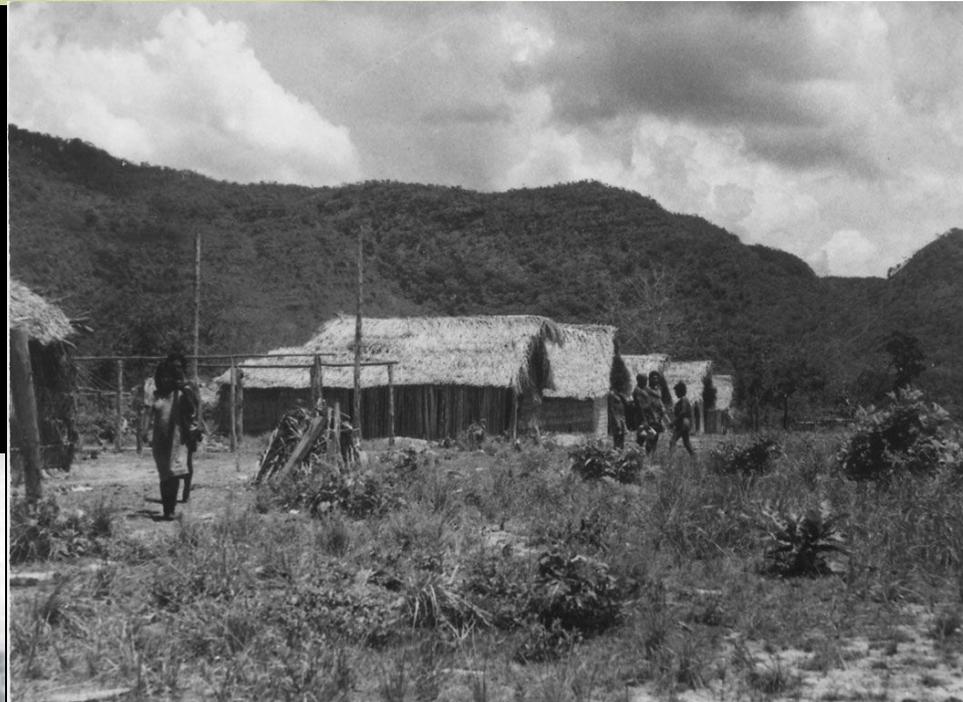
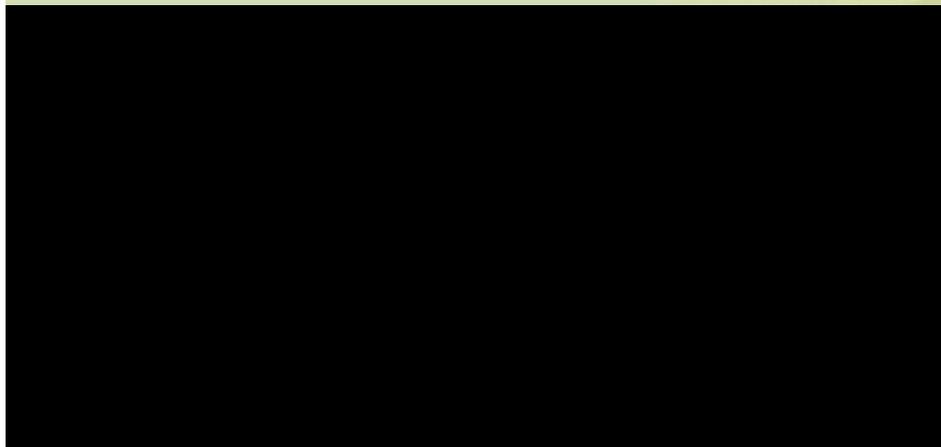
O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais – SPILTIN foi criado em 20 de junho de 1910, pelo Decreto nº 8.072, após 1918 passou a se chamar SPI, existindo até 1967, quando foi substituído pela FUNAI.



Posto do SPI na aldeia Kaingang de Duque de Caxias, Santa Catarina

Em 1974 iniciou-se o projeto de recolhimento ao Museu do Índio da massa documental produzida pelo SPI, proveniente de 413 postos indígenas, inspetorias regionais e parques.

Fundo Serviço de Proteção ao Índio – SPI
Museu do Índio - FUNAI



Posto do SPI.

Figura 4 – Militarização dos índios destribalizados.

O Arquivo Nacional, fundado em 1838 é custódio de vasta documentação referente a história do Brasil, desde os primórdios da colonização portuguesa se estendendo até a época presente.



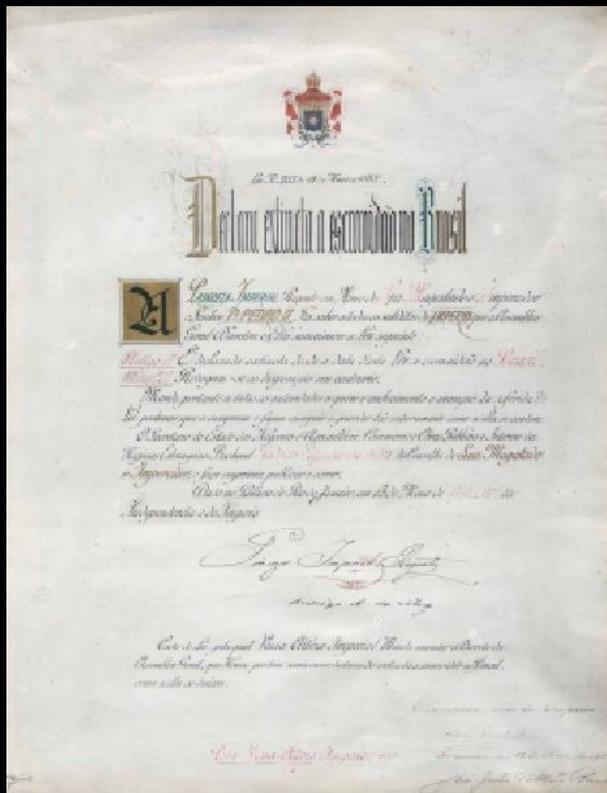
A Lei nº 3.353, conhecida como *Lei Áurea*, extinguiu a escravidão no Brasil em 13 de maio de 1888.

Sancionada pela Princesa Regente do Império do Brasil, D. Isabel de Orléans e Bragança, no mesmo dia foi expedida a todas as regiões do país pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e interino dos Negócios Estrangeiros, o bacharel Rodrigo Augusto da Silva, com a recomendação de que fosse cumprida imediatamente.

A assinatura da *Lei Áurea* foi decorrente de pressões, internas e externas, surgidas a partir das grandes transformações políticas e econômicas ocorridas no séc. XIX. Dotada de características monumentais, representa um marco, não somente para a história do Brasil, mas também para a das Américas e da África.

Lei n. 3.353 de 13 de maio de 1888.

Declara extinta a escravidão no Brasil



A princesa imperial regente em nome de sua majestade o imperador o senhor D. PEDRO II, faz saber a todos os súditos do IMPÉRIO que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Artigo 1º É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Artigo 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Manda portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.

O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e interino dos Negócios Estrangeiros bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de sua majestade o imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

Dado no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888 – 67º da Independência e do Império.

Princesa imperial regente
Rodrigo A. da Silva

Carta de lei pela qual vossa alteza imperial manda executar o decreto da Assembleia Geral, que houve por bem sancionar declarando extinta a escravidão no Brasil, como nela se declara.

Para vossa alteza imperial ver.

Chancelaria-mor do Império

Antonio Ferreira Viana
Transitou em 13 de maio de 1888
José Julio de Albuquerque Barros

*Imagens e Textos: Instituições custodiadoras dos acervos
nominados e pareceres do Comitê Nacional do Brasil do
Programa Memória do Mundo da UNESCO - MOWBrasil*

Design fundo – Rosanda Ribeiro

Layout original – Alzira Reis

Edição: Maria Elisa Bustamante

Arquivo Nacional

Rio de Janeiro – 04 de dezembro de 2012



Ministério
da Cultura

